

GT “TRABALHO E SOCIEDADE”

XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

O MODERNO E O ARCAICO O TRABALHO INFANTIL NO VALE DO SINOS

Este artigo analisa o persistente fenômeno do trabalho infantil no pólo coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul, enfocando suas principais características e problematizando sua permanência associado a um setor produtivo que destaca-se nacionalmente pelo volume de exportações e que vem adotando novas técnicas de organização da produção. No artigo caracterizamos o perfil das crianças trabalhadoras, o significado do trabalho em suas vidas e sua relação com a família, a escola e o lazer. Por fim, abordamos alguns impactos para as crianças decorrentes de uma inserção precoce no mercado de trabalho e apontamos, como questão para o debate, a possível associação existente entre o trabalho infantil e os novos conceitos de produção que enfatizam a busca da flexibilidade.

MARILIS LEMOS DE ALMEIDA- *professora do depto. de sociologia / UFRGS e doutoranda no DPCT / IGE / UNICAMP. <marilis@ige.unicamp.br>*

FERNANDO COUTINHO COTANDA - *professor do depto. de sociologia / UFRGS e doutorando no PPGS / UFRGS. <cotanda@portoweb.com.br>*

SERGIO SCHNEIDER- *professor do depto. de sociologia / UFRGS e doutorando no PPGS / UFRGS. <schneide@vortex.ufrgs.br>*

Caxambu, 27 a 30 de outubro de 1998

Introdução

A persistência do trabalho infantil nos dias atuais é, freqüentemente, encarada como um resquício de um tempo já longínquo que relembra, muitas vezes, as descrições sobre a Primeira Revolução Industrial. Contudo o grau de difusão observado e sua constância ao longo do tempo sugerem que esse fenômeno coexiste e é complementar às “modernas” estratégias de flexibilização da produção.

A combinação de formas avançadas e rudimentares de flexibilidade no setor calçadista do Rio Grande do Sul já fora apontada anteriormente (RUAS, 1993), porém com ênfase na instabilidade no trabalho, na subcontratação e no trabalho domiciliar. A difusão das estratégias que visam aumentar a flexibilidade do processo produtivo através da externalização de partes da produção tem criado o terreno no qual avança a prática de utilização do trabalho infantil. A maior incidência de trabalho infantil ocorre justamente nas empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) e no trabalho domiciliar, que, por estarem situadas em locais mais difíceis de serem identificados, se encontram relativamente “a salvo” da fiscalização.

Este artigo tem origem em um estudo realizado nas Cidades de Novo Hamburgo e Dois Irmãos, integrantes do pólo calçadista do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi desenvolvida por recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e deveria servir como subsídio para uma experiência, piloto no Brasil, de intervenção com vistas à erradicação do trabalho infantil, a ser realizada em ambas as cidades com recursos do International Programme on Elimination of

Child Labour (IPEC). Os objetivos foram diagnosticar a incidência de trabalho infantil no setor coureiro-calçadista, nesses municípios, e identificar o perfil do trabalhador infantil e sua inserção no mercado de trabalho, na escola e na família. Nessa pesquisa, considerou-se como trabalho o exercício de tarefas mediante o recebimento de remuneração (pecuniária ou não), e a faixa etária enfocada foi a compreendida entre sete e 14 anos incompletos.

O argumento central que organizará as idéias a seguir apresentadas é que a erradicação do trabalho infantil é uma tarefa extremamente difícil, uma vez que vários aspectos estão envolvidos em sua origem e permanência. Tem-se, por um lado, uma reconfiguração do mercado de trabalho, que é propícia ao alastramento da informalidade nas relações de trabalho, o que facilita a prática de utilização do trabalho infantil. Por outro, deparou-se com necessidades econômicas básicas não atendidas dentro das famílias, o que claramente empurra as crianças para uma inserção precoce no mercado de trabalho. Por fim, tem-se, também, o aspecto cultural da relação das crianças, das famílias e da própria comunidade com o trabalho, que aponta a valorização do mesmo — inclusive do infantil — e, conseqüentemente, uma fraca oposição a ele. Um mosaico de questões surge ao se analisar o tema, indicando que iniciativas isoladas ou que ataquem um único aspecto da questão são incapazes de solucionar o problema. Nesse contexto, o trabalho infantil não aparece como resultado da sobrevivência de práticas superadas, mas, ao contrário, ganha fôlego, associado a cadeias de produção dinâmicas e modernas.

Metodologia

O estudo envolveu o levantamento de dados secundários e a realização de uma pesquisa de campo junto às crianças de ambos os municípios. Os dados secundários, oriundos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, da Secretaria de Educação e Cultura e das Prefeituras Municipais de Dois Irmãos e Novo Hamburgo, permitiram identificar o perfil sócio-econômico dos municípios e o número de crianças residentes na faixa etária abrangida.

A pesquisa de campo ocorreu em duas etapas. Na primeira, efetuou-se um levantamento do número de crianças, entre sete e 14 anos incompletos, que realizavam algum tipo de trabalho, quer estivesse, ou não, ligado ao setor coureiro-calçadista. Esse levantamento foi realizado em todas as turmas de 1º grau de todas as escolas das redes estadual e municipal de ensino. Cabe destacar que, nesses municípios, o número de crianças residentes, na faixa etária em questão, é muito próximo ao de crianças matriculadas, segundo os dados do IBGE e da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Esse conjunto de dados permitiu o cálculo da amostra, que foi composta por 108 crianças estratificadas por faixa etária e sexo.

Tabela 1 - Comparação entre o número de alunos que trabalham no setor coureiro-calçadista e o número de entrevistas realizadas, por cidade, segundo o sexo

LOCAL	ALUNOS QUE TRABALHAM	ENTREVISTAS REALIZADAS	SIGNIFICADO (%)
Dois Irmãos	99	25	25,25
Meninos	70	17	24,28
Meninas	29	08	27,58
Novo Hamburgo	343	83	24,19
Meninos	215	50	23,25
Meninas	128	33	25,78

TOTAL	442	108	24,43
Meninos	285	67	23,50
Meninas	157	41	26,11

FONTE: Diagnóstico de Trabalho Infantil, 1997.

Como advertência, cumpre lembrar que os números obtidos a partir desse levantamento expressam um momento determinado da realidade do setor coureiro-calçadista que pode vir a ser alterada futuramente, sendo, portanto, uma fotografia do setor que deve ter seu peso relativizado.

A segunda etapa da pesquisa de campo consistiu na aplicação de um questionário junto às crianças que integraram a amostra. Os objetivos desse instrumento foram identificar o perfil social, econômico e cultural das crianças trabalhadoras e revelar dimensões de sua inserção no trabalho. Esse questionário abordou cinco aspectos fundamentais:

- o perfil das crianças — idade, sexo, escolaridade;
- o trabalho — tempo de ingresso no mercado de trabalho, local de trabalho, jornada de trabalho, tarefas desempenhadas, ambiente de trabalho, forma de acesso ao emprego, atitude dos pais em relação ao trabalho infantil, motivo para a inserção precoce no mercado de trabalho, aspectos positivos e negativos do trabalho, significado do trabalho, rendimentos e suas formas de utilização ;
- a escola — turno, relação com a escola, situação na sala de aula, repetência;
- a família — com quem mora, atividade dos pais, atividades dos irmãos, escolaridade dos pais, local de origem dos pais, rendimentos;

- o lazer — atividades preferidas, tempo livre, locais de lazer existentes e espaços lúdicos desejados.

Ao final do questionário, foram elaborados dois relógios do tempo: o primeiro relativo ao “dia real “ da criança, que retrata suas atividades desde a hora em que ela acorda até o momento em que dorme; o segundo, chamado de “dia ideal”, corresponde à distribuição que ela faria do seu tempo, caso pudesse alterar sua rotina com liberdade para incluir e excluir atividades. O objetivo da utilização desses relógios foi permitir que a criança, de uma forma lúdica e sem a necessidade de verbalização, retratasse o seu dia e o que ela gostaria de mudar em sua vida. Esses relógios tiveram um papel importante também para conferir algumas respostas contidas no questionário, especialmente aquelas relativas ao significado do trabalho.

Os questionários destinados às crianças menores de 10 anos foram conduzidos pelos entrevistadores, enquanto as maiores os preencheram com a orientação e o acompanhamento dos mesmos.

Em relação aos questionários, cabe ainda lembrar que as respostas dadas retratam a forma como as crianças apreendem a realidade, podendo, ou não, coincidir com o que de fato ocorre. Esse é o caso, por exemplo, das questões relativas à atitude dos pais diante do trabalho precoce, cuja resposta é o que elas pensam ser a posição destes a respeito do assunto. Considerou-se que isso não reduz a pertinência da questão, posto que é vital conhecer o imaginário delas a respeito do seu trabalho para a compreensão do seu universo.

O levantamento das crianças que somente trabalham e, portanto, não foram alcançadas pela ficha aplicada nas escolas, ficou a cargo de agentes

sociais da própria comunidade. Essa forma de abordagem foi escolhida para facilitar o acesso às informações. Na Cidade de Dois Irmãos, não foram identificadas crianças que somente trabalhavam. A informação de que todas as crianças, na faixa etária em questão, estavam matriculadas em alguma escola foi confirmada pela Secretaria Municipal de Educação.

Em Novo Hamburgo, alguns casos de crianças que somente trabalhavam foram identificados, porém não foi possível se chegar à sua quantificação. Nessa cidade, apenas seis questionários chegaram a ser realizados com essas crianças. Em virtude do pequeno retorno desses questionários, os mesmos não foram objeto de análise neste relatório. Cabe salientar que as dificuldades enfrentadas na localização das crianças que só trabalham decorrem, em grande parte, do temor dos pais ou responsáveis de serem identificados, uma vez que o não-encaminhamento dos filhos à escola pode implicar a prisão dos seus responsáveis.

Perfil da indústria de calçados do Rio Grande do Sul

A indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul obteve considerável crescimento econômico ao longo da década de 80. Nesse período, as exportações de calçados tornaram-se o principal componente da pauta de exportações do Rio Grande do Sul, chegando a representar, em 1989, 26,7% do total das exportações gaúchas. Em 1985, a indústria de calçados era responsável por 4% da mão-de-obra ocupada na indústria de transformação do Brasil; participava com 1,40% do valor da produção industrial e com 8,29% nas vendas brasileiras externas de manufaturados. Em 1990, os calçados brasileiros

contribuíram, individualmente, com 3,77% das exportações, perdendo somente para o minério de ferro (7,67%), para o farelo de soja (5,13%) e para o suco de laranja (4,69%). No mesmo ano, o Rio Grande do Sul respondeu por 40% (196 milhões de pares) da produção nacional de calçados, que foi de, aproximadamente, 502 milhões de pares, representando, em valores monetários, respectivamente, um faturamento de US\$ 1,8 bilhão anuais para o Estado e US\$ 4,9 bilhões para o Brasil. O maior destaque da produção sul-rio-grandense de calçados fica por conta das exportações, sobretudo de calçados femininos de couro. Ainda em 1990, o Estado produziu 114.000.000 de pares de sapatos para exportação, com um faturamento de US\$ 902 milhões, o que representava 80% da produção brasileira de calçados destinados ao mercado externo, sendo que o preço médio por par vendido no mercado interno era de US\$10 e, para o mercado externo, girava em torno de US\$ 8. Em 1993, os preços para o mercado externo subiram para uma faixa média de US\$10 a US\$12 por par exportado. O Brasil ocupa uma posição de destaque no mercado internacional de calçados, aparecendo em posições privilegiadas na produção e na exportação mundiais desse produto.

A produção de calçados de couro e afins é geograficamente concentrada, com grandes variações em termos de tamanho das indústrias. O setor produtor de calçados constitui-se de, aproximadamente, 550 empresas localizadas, em sua maioria, no Vale do Sinos (300 indústrias), na Encosta Inferior da Serra, no Vale do Caí e no Vale do Taquari (cerca de 100 indústrias nas três microrregiões), seguidas da região da Encosta Superior da Serra (125 indústrias), polarizada pelo Município de Farroupilha. O setor de curtumes, composto por 121 empresas,

também concentra sua produção no Vale do Sinos. Em 1991, segundo dados da ABAEX – Associação Brasileira dos Agentes de Exportação — (1991), o complexo coureiro-calçadista era formado por um conjunto de cerca de 1.825 estabelecimentos, que geravam mais de 150.000 empregos diretos.

A concentração desse setor levou alguns autores (SCHMITZ, 1995; RUAS, 1995) a caracterizá-lo como um "supercluster". Segundo esses autores, a proximidade e a simetria entre as empresas e seus fornecedores é responsável pela conformação *sui generis* que assumiu a indústria coureiro-calçadista gaúcha. Essa característica torna-se mais evidente quando se compara a indústria gaúcha com suas similares nacionais localizadas em outros estados da Federação.

Segundo dados do IBGE, em 1991, o nível salarial dos trabalhadores da indústria calçadista do Rio Grande do Sul podia ser classificado da forma como aparece na Tabela 2.

Tabela 2 - Renda Mensal dos trabalhadores do Vale do Sinos no Rio Grande do Sul

RENDA MENSAL	PARTICIPAÇÃO (%)
Até US\$ 65	22,67
Até US\$ 130	39,86
Até US\$ 195	16,70
Até US\$ 325	12,29
Até US\$ 650	5,94
Mais que US\$ 650	2,50
TOTAL	100,00

FONTE: IBGE, ABAEX, 1991.

Para finalizar esse conjunto de informações sobre o setor coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul, é interessante caracterizar o período recente, especialmente os anos de 1994 e 1995, em que o setor experimentou várias dificuldades, resultando, inclusive, no encerramento das atividades produtivas de

algumas empresas. Nesse período, combinaram-se três fatores que atingiram a competitividade do calçado gaúcho no mercado externo: primeiro, por força das mudanças econômicas da conjuntura nacional operadas no contexto do lançamento do chamado "Plano Real"¹, os exportadores passaram a ter prejuízos devido à incompatibilização entre os custos de produção e os valores do calçado pagos pelos compradores internacionais; segundo, o acirramento da concorrência dos calçados chineses em mercados cativos dos sapatos gaúchos, especialmente no norte-americano; terceiro, em razão do relativo atraso tecnológico vigente no setor coureiro-calçadista até o período.

Os anos 90 constituem-se em uma época de muita agitação e expectativa em torno do futuro da indústria de calçados no Rio Grande do Sul. Segundo os dados apurados por Zimmermann (1994), coletados em 11 sindicatos filiados à Federação Democrática dos Sapateiros, entre 1990 e 1994 ocorreram 14.191 demissões no setor, sendo 12.861 por motivo de falência das empresas e mais 7.353 causadas pelo fechamento das fábricas.

Perfil das crianças trabalhadoras

Em todas as faixas etárias, foram encontradas crianças trabalhadoras, porém verifica-se maior concentração nas mais altas, particularmente entre 12 e 13 anos.

¹ Antes do Plano Real, o Governo Itamar Franco implementou a Unidade Real de Valor (URV), à qual seguiu uma mudança na política cambial (ancoragem do real ao dólar), culminando com a adoção da nova moeda, paritária ao valor do dólar. Para os exportadores, essa ancoragem resultou em prejuízos imediatos graves, uma vez que não lograram adaptar seus custos de produção aos valores pagos pelo calçado no mercado externo.

Tabela 3 - Distribuição das crianças entrevistadas por sexo e idade

IDADES	MENINOS	%	MENINAS	%	TOTAL	%
7 anos	3	4,47	3	7,31	6	5,55
8 anos	5	7,46	7	17,07	8	7,40
9 anos	7	10,44	5	12,19	12	11,11
10 anos	11	16,41	3	7,31	14	12,96
11 anos	6	8,95	3	7,31	9	8,33
12 anos	14	20,89	10	24,39	24	22,22
13 anos	21	31,34	10	24,39	31	28,70
TOTAL	67	100	41	100	108	100

FONTE: Diagnóstico do Trabalho Infantil, 1997.

Os meninos representam 62,03% das crianças que trabalham no setor coureiro-calçadista, entretanto o número de meninas trabalhadoras também é muito expressivo, e o seu ingresso no mercado é bastante precoce, especialmente se se considerar o peso relativo das meninas de sete a nove anos de idade.

As crianças provêm de famílias oriundas, na maior parte dos casos, de outras regiões do Estado e que chegaram ao Vale do Sinos durante o período de expansão da indústria calçadista. Para essas famílias migrantes, a inexistência de estrutura familiar na região e mesmo de laços comunitários mais consolidados pode traduzir-se na dificuldade de encontrar um local para deixar os filhos nos períodos em que os mesmo não estão na escola. Naturalmente, isso não explica a existência do trabalho infantil, porém pode ser uma variável que contribua de forma relativa para o ingresso precoce no trabalho. Este é um dos motivos apontados pelas crianças para justificar sua entrada prematura no mercado de trabalho.

Outro aspecto a ser mencionado é que a maioria dos pais migraram de regiões cujas atividades são predominantemente agrícolas, onde é comum a incorporação do trabalho infantil. Isso permite se levantar a hipótese de que há um fator cultural que poderia estar contribuindo para a permanência do trabalho precoce.

O envolvimento das famílias com o setor coureiro-calçadista, até certo ponto esperado, uma vez que esta é a principal atividade econômica da região, confirma-se, com destaque para a presença das mulheres. Cerca de um terço dos pais e metade das mães exercem atividades ligadas diretamente a esse setor, sobressaindo-se o elevado número de mães que trabalham no mesmo local que seus filhos, o que pode estar associado ao alto índice de trabalho domiciliar. Acrescente-se, ainda, que, nos questionários, parte das crianças afirmaram possuir irmãos com menos de 14 anos que também trabalham no setor.

A forma mais freqüente de acesso ao emprego é através da mãe, citada por 41% das crianças que responderam à questão. Contudo, se se somar o pai, a mãe e os parentes, tem-se que 69% crianças conseguiram o emprego através de pessoas do seu círculo familiar. Esse fato pode indicar que existe certa receptividade dentro da própria família à idéia da criança trabalhar, mesmo que precocemente.

Tabela 4 - Número e percentual das pessoas responsáveis pela inserção da criança no mercado de trabalho

RESPONSÁVEL	NÚMERO	%
Pai	17	17
Mãe	41	41
Parentes	11	11

Amigos	19	19
Dono do <i>atelier</i>	7	7
Outros	5	5
TOTAL	⁽¹⁾ 100	100,0

FONTE: Diagnóstico do Trabalho Infantil, 1997.

(1) Oito crianças não responderam.

A escolaridade dos pais declarada pelas crianças é baixa, em geral 1º grau incompleto, porém compatível com o nível de escolaridade predominante na População Economicamente Ativa (PEA) do Rio Grande do Sul.

Mais de dois terços dos entrevistados residem com seus pais. Aqueles que afirmam não residir com o pai e a mãe vivem predominantemente com a mãe. Quase a metade (47,22%) das crianças entrevistadas disseram que suas famílias são compostas por quatro a cinco pessoas, o que é um tamanho médio para o Rio Grande do Sul.

Buscando compreender as razões da entrada precoce dessas crianças no mercado de trabalho, perguntou-se para elas por que começaram a trabalhar, abrindo a possibilidade de elas indicarem mais de um motivo. Destaque-se que essa motivação apontada pelas crianças é o que elas pensam que originou sua entrada no mercado de trabalho, não tendo sido realizada checagem junto aos pais para confirmar a resposta.

Tabela 5 - Número e percentual segundo os motivos citados pelas crianças para sua inserção no mercado de trabalho

MOTIVOS	NÚMERO	%
Necessidade econômica	46	42,99
Não ter outra coisa para fazer e local para ficar	37	34,57
Pedido dos pais	16	14,95
Outros motivos	08	7,47
TOTAL	⁽¹⁾ 107	100

FONTE: Diagnóstico do Trabalho Infantil, 1997.

(1) Uma criança não responde.

Os dados da Tabela 5 mostram que dois motivos despontam na explicação do trabalho infantil: o primeiro é a necessidade econômica, e o segundo, com percentual pouco inferior ao primeiro, é o fato de as crianças não terem outra coisa para fazer ou local para ficar no horário em que não estão na escola.

Reforçando a importância econômica do trabalho infantil dentro da família, verifica-se que 61,61% das crianças afirmaram entregar todo ou parte do seu salário aos pais, enquanto a outra parte declarou gastar o salário como quer. Embora o número de crianças que disse gastar o salário “como quer” seja expressivo (38,38%), deve-se matizar essa resposta, pois o instrumento de pesquisa não revela quais bens de consumo são adquiridos pela criança e se o mesmo são ou não relevantes para o orçamento familiar.

Tabela 6 - Número e percentual segundo a aplicação feita pelas crianças de sua remuneração

APLICAÇÃO	NÚMERO	%
Gastam o salário como querem	38	38,38
Entregam uma parte aos pais	35	35,35
Entregam tudo aos pais	26	26,26
TOTAL	(1)99	100

FONTE: Diagnóstico do Trabalho Infantil, 1997.

(1) Nove crianças não responderam.

Buscando compreender a relação da família — mais precisamente dos pais — com o trabalho infantil, perguntou-se às crianças o que o pai e a mãe achavam do fato de ela trabalhar. Aqui cabe destacar, novamente, que a pergunta foi feita à criança e não aos pais, portanto, a resposta está mediada pela sua interpretação e expressa o que ela pensa ser a posição dos pais a respeito da questão.

Foram apresentadas para as crianças três opções de respostas, e perguntou-se separadamente pela posição do pai e da mãe. O resultado encontra-se na Tabela 7.

Tabela 7 - Número e percentual das opiniões das crianças a respeito de como imaginam que seus pais vêem seu trabalho

OPINIÃO SOBRE O TRABALHO	PAI		MÃE	
	N ⁰	%	N ⁰	%
Acha bom e incentiva a trabalhar	73	75,25	86	82,69
Acha que é ruim	14	14,43	11	10,57
Não gosta, mas acha necessário	10	10,30	7	6,73
TOTAL	⁽¹⁾ 97	100	⁽²⁾ 104	100

FONTES: Diagnóstico do Trabalho Infantil, 1997.

(1) Onze crianças não responderam. (2) Quatro crianças não responderam.

Chama atenção o fato de o percentual de crianças que disse que a mãe acha bom ela trabalhar e, inclusive, a incentiva ser superior ao percentual referente a essa mesma posição entre os pais. Por outro lado, destaque-se que quase todas as crianças responderam à questão referente à mãe, sinalizando que, ao menos, pensavam conhecer a posição da mãe, enquanto, na pergunta referente aos pais, 11 crianças deixaram de responder por não saberem o que o pai achava.

O trabalho na vida das crianças

Com o objetivo de conhecer melhor as funções que são destinadas às crianças no processo de produção do calçado, perguntou-se a elas que tarefas sabiam fazer. Considerando-se que o trabalho das crianças é sazonal, por encomendas e, portanto, muito variado, optou-se por questionar, de forma

genérica, o que elas sabem fazer, seja porque fazem atualmente, seja porque já fizeram em algum momento aquelas tarefas.

Tabela 8 - Principais tarefas que as crianças sabem realizar

TAREFAS	NÚMERO DE VEZES QUE A TAREFA FOI CITADA ⁽¹⁾
Passar cola	58
Colocar pino e fivela	32
Trançado e enfiadinho	30
Conferir o serviço	23
Colar couro	18
Colar a vira	15
Lixar	15
Cortar	8
Passar a fita	5
Costura	4
Pregar o salto	3
Colocar dentro da caixa	2
Bater com o martelo	2

FONTE: Diagnóstico do Trabalho Infantil, 1997.

(1) Múltiplas respostas.

As tarefas realizadas são predominantemente manuais e bastante simples como, “passar cola”, “colocar pino e fivelas”, “fazer o trançadinho”, etc. A constatação dessa realidade contrasta com o argumento do “senso comum” de que as crianças que trabalham no setor estariam aprendendo um ofício e, portanto, se qualificando para o mercado de trabalho. Ao contrário, as tarefas apontadas pelas crianças são extremamente simples, envolvem trabalhos manuais, não são mecanizadas e pouco ou nada contribuem para o seu aprendizado e formação profissional, além de expô-las ao contato com materiais que colocam em risco sua saúde. Quase dois terços das crianças utilizam ferramentas cortantes, como tesouras, alicates, estiletes e agulhas. Afora isso, parte das crianças manuseiam produtos químicos, como cola, solventes e tintas, para executar suas tarefas.

O trabalho infantil não aparece como temporário e esporádico; ao contrário, se reveste de um caráter regular. Mais da metade das crianças trabalham durante todo o ano (76% em Dois Irmãos e 64% em Novo Hamburgo). A jornada de trabalho de 40% das crianças é de seis horas ou mais por dia, e grande parte delas trabalham de segunda a sexta-feira (48% em Dois Irmãos e 39% em Novo Hamburgo). Estes dados contrastam com a opinião corrente que afirma ser sazonal o trabalho infantil. Na verdade, para a maioria das crianças, o trabalho tem caráter regular.

A maioria das crianças (80,58%) trabalha em *ateliers* (conhecidos por “bancas” em outras regiões do País), enquanto o trabalho no próprio domicílio foi apontado por 12,62% das mesmas. Poucas crianças afirmaram trabalhar em empresas, o que vai ao encontro dos resultados obtidos pelas fiscalizações efetuadas pela DRT nas empresas da região.

Tabela 9 - Número e percentual das crianças por local de trabalho

LOCAL	NÚMERO	%
<i>Atelier</i>	83	80,58
Em casa	13	12,62
Empresa	4	3,88
Outro local	3	2,91
TOTAL	⁽¹⁾ 103	100

FONTE: Diagnóstico do Trabalho Infantil, 1997.

(1) Cinco crianças não responderam.

Cabe destacar que as empresas da região repassam serviços somente aos *ateliers* registrados como pequenas ou microempresas. Estes, por sua vez, estabelecem uma complexa rede de redistribuição até os domicílios. Essa transferência de serviços vem sendo chamada de **quarterização**, porque implica o repasse de serviços assumidos pelos *ateliers* terceirizados junto às empresas

para outros produtores. Frequentemente, o dono do estabelecimento é meramente um repassador de serviços para os *ateliers* de menor porte ou simplesmente para os domicílios, reservando a si o papel de intermediário entre a empresa e os subcontratados. Nesse duplo repasse, ocorre a apropriação de rendas, que acaba comprimindo as remunerações daqueles que efetivamente realizam o trabalho.

Apesar de cerca de dois terços das crianças reclamarem do cheiro de cola, o ambiente de trabalho (qualidade do ar, número de pessoas no ambiente, calor, luz e tamanho do ambiente) nos *ateliers* é considerado bom pela maioria delas. É preciso considerar que a avaliação do ambiente de trabalho pelas crianças é uma tarefa difícil e que as respostas positivas encontradas devem ser analisadas com o maior cuidado. Uma primeira objeção que pode ser levantada é quanto ao fato de que essas crianças são oriundas de famílias de baixa renda e que, talvez, o seu ambiente de trabalho não difira significativamente dos padrões encontrados em seus próprios lares. Outro aspecto a considerar é quanto à dificuldade em assumir conscientemente que seu ambiente de trabalho não é bom, uma vez que isso significará ficar diante de uma situação desconfortável que elas sabem que não podem alterar.

No que concerne às condições de trabalho, o maior número de queixas está relacionada com os “xingamentos” por parte do empregador, o cheiro de cola, a falta de espaço físico, o cansaço e a impossibilidade de dedicar-se a outras atividades.

Os aspectos preferidos pelas crianças em seus trabalhos estão relacionados ao exercício das tarefas e à remuneração. Solicitados a pensar em

uma situação em que seria possível alterar o tempo destinado ao trabalho ou mesmo parar de trabalhar, mais da metade das crianças afirmaram que trabalhariam mais tempo. Uma parcela menor pararia de trabalhar para se dedicar a outras atividades, enquanto um menor número ainda reduziria o tamanho da jornada.² Evidencia-se, dessa forma, que o trabalho está fortemente arraigado no discurso das crianças, justificado especialmente em razão dos benefícios financeiros que ele pode trazer para a família. Por outro lado, o exame das manifestações gráficas das crianças, elaboradas tendo em vista o seu dia real e o seu dia ideal, aponta outra direção.

O citado exame foi feito a partir 69 questionários — 48 de Novo Hamburgo e 21 de Dois Irmãos —, que foram selecionados entre os 108 aplicados nas duas cidades.³ A opção pela utilização desses relógios está relacionada a dois fatores. O primeiro baseia-se na hipótese de que a expressão das crianças através de representações lúdicas possa auxiliar na compreensão do significado do trabalho em sua vida, uma vez que pode se constituir em uma forma de contornar a repetição, pelas crianças, do discurso — seja da família, seja dos empregadores — a respeito da importância do trabalho em suas vidas. O segundo é que esse instrumento permite conhecer as diferentes atividades que as crianças realizam, como o lazer, o convívio familiar, a escola e o trabalho, informando sobre sua distribuição ao longo do dia e a alocação de tempo para cada uma delas.

² É importante destacar que as crianças de Dois Irmãos se mostram muito mais dispostas a parar de trabalhar ou a reduzir a jornada do que as residentes em Novo Hamburgo, que dizem preferir trabalhar mais.

³ A análise das manifestações gráficas das crianças foi elaborada, no relatório de pesquisa que originou este artigo, pela mestrandia Andréa Rutner.

Por fim, deve-se destacar que a análise desses relógios permitiu uma confrontação com os resultados das entrevistas, onde as crianças respondiam por escrito ou oralmente às questões formuladas pelos entrevistadores. Embora este não tenha sido um dos objetivos iniciais, essa técnica acabou por fornecer importantes referenciais de aferição e apoio sobre algumas variáveis fundamentais da análise.

As manifestações das crianças em relação ao trabalho foram agrupadas em quatro tipos básicos. O primeiro refere-se a um tempo de trabalho **igual** nos relógios “real” e “ideal”. No segundo, o tempo de trabalho é **maior** no “dia ideal” do que no “dia real” das crianças. No terceiro, esse tempo é **menor** no “dia ideal” em relação ao “dia real”. Finalmente, no quarto e último tipo, a referência ao tempo de trabalho **desaparece** no “relógio ideal” quando comparado ao “relógio real”. A distribuição das crianças, segundo o sexo e a referência ao tempo de trabalho é apresentada na Tabela 10.

Tabela 10 - Distribuição das crianças, segundo o sexo e a referência ao tempo de trabalho

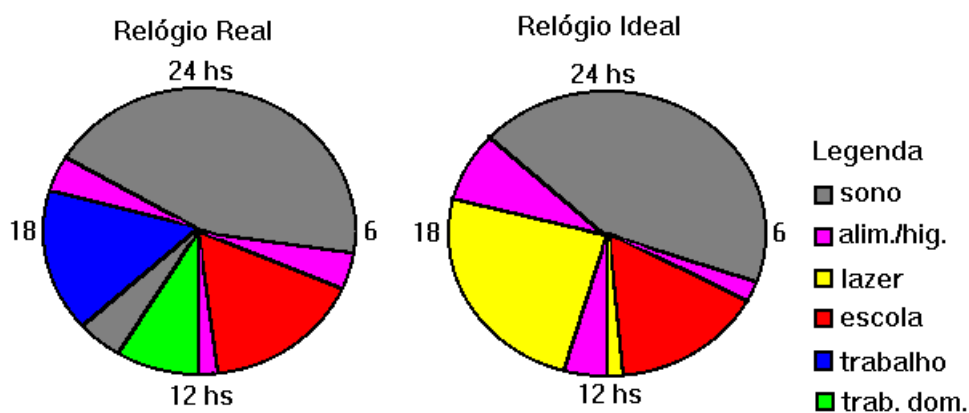
TEMPO DE TRABALHO	MENINOS	MENINAS	TOTAL	%
Igual	7	4	11	15,9
Maior	3	5	8	11,6
Menor	9	6	15	21,7
Desaparece	24	11	35	50,7
TOTAL	43	26	69	⁽¹⁾ 100,0

FONTE: Diagnóstico do Trabalho Infantil, 1997.

(1) Em relação aos 69 questionários analisados.

Chama atenção o fato de 72,4% das crianças revelarem que gostariam de parar de trabalhar ou reduzir o tempo de trabalho.⁴ Se isso fosse possível, a opção seria pelo aumento do tempo de lazer, de estudo e de sono. Abaixo apresenta-se um relógio como exemplo de uma situação em que a opção seria parar de trabalhar.

Exemplo dos Relógios REAL e IDEAL de uma menina de 8 anos, que estuda e trabalha em Novo Hamburgo, e que gostaria de parar de trabalhar



A escola e o lazer

A escola é apontada pelas crianças como o local em que mais gostam de ficar, sendo que, em segundo lugar, aparecem as suas casas. Na escola, a atividade preferida é a educação física, enquanto as demais aulas figuram nos mais baixos índices de preferência entre as atividades oferecidas pela mesma. A

⁴ Os dados apresentados referem-se ao totais que incluem Novo Hamburgo e Dois Irmãos, porém é interessante destacar que, nas manifestações gráficas (assim como já havia sido apontado em relação aos questionários), as crianças de Dois Irmãos revelaram-se mais dispostas a parar de trabalhar. Outro aspecto interessante, ao se analisarem as diferenças entre ambas as cidades, é que o percentual de crianças que dizem trabalhar por motivos financeiros é mais elevado em Novo

maioria das crianças afirma que gostaria de realizar outras atividades educativas, caso possuíssem um turno livre. As atividades apontadas como preferidas foram cursos (computação e datilografia), seguidos por esportes e artes.

Na sala de aula, as crianças consideraram mais fácil entender o que a professora diz e ficar quieto, enquanto as principais dificuldades estão relacionadas ao conteúdo da matéria ensinada e a conseguir prestar atenção na aula. As dificuldades com o conteúdo da matéria aparecem na elevada taxa de repetência dessas crianças trabalhadoras comparativamente às taxas gerais verificadas para os municípios. A dificuldade em prestar atenção, que se destaca dentre outras, pode estar vinculada às extensas jornadas de trabalho cumpridas pelas crianças e ao cansaço daí decorrente.

Cerca de metade dos alunos que trabalham e estudam já foram reprovados alguma vez. No Município de Novo Hamburgo, 68% e, em Dois Irmãos, 46% das crianças que trabalham já foram reprovadas, o que são índices bastante expressivos, face à média de repetência verificada nas redes municipal e estadual de ensino, sendo que, em Novo Hamburgo, é de 22,64% na rede estadual e 10,95% na municipal, e, em Dois Irmãos, de 15,65% na estadual e 11,84% na municipal. Em função dos elevados níveis de repetência, a equivalência entre a idade das crianças e a série em que se encontram é pequena, a maior parte delas apresentando atraso escolar significativo.

As brincadeiras preferidas são os jogos coletivos com bola, seguidos de brincadeiras ao ar livre — respectivamente, 74% e 21%, considerando-se a média dos dois municípios. Cerca de metade dos entrevistados, no entanto, afirmaram

que brincam somente nos finais de semana. Quanto aos locais utilizados para o lazer, predomina a própria residência e a dos seus vizinhos: poucas crianças disseram brincar em praças ou na rua, o que pode ocorrer tanto pela inexistência de praças públicas no local de moradia das crianças quanto pelo temor da insegurança das ruas.

É interessante destacar que, embora as crianças tenham apontado preferência por jogos de bola e brincadeiras de rua, os locais em que elas efetivamente brincam com maior frequência são lugares fechados, como a casa, ou a residência dos vizinhos.

Entretanto o desejo das crianças de usufruir de espaços para a prática de atividades esportivas e/ou para as brincadeiras de bola fica claro quando elas descrevem o tipo de lugar que gostariam que existisse para o lazer. A construção de locais para a prática de esportes, tais como campos de futebol, quadras de areia, ginásio e pistas de patinação, foi apontada por 39,81% das crianças, enquanto outras 31,43% gostariam que fossem criados parques e praças para lazer.

Considerações gerais

Embora de forma breve, a seguir abordar-se-ão alguns impactos, para as crianças, decorrentes de uma inserção precoce no mercado de trabalho e, após, os problemas enfrentados na difícil tarefa de erradicação do trabalho infantil. Por fim, será apontada como questão para o debate a possível associação existente

entre o trabalho infantil e os novos conceitos de produção que enfatizam a busca da flexibilidade.

Em primeiro lugar, é preciso discernir que a crítica ao trabalho infantil não significa a condenação de todo o trabalho exercido durante a infância. Quando esse trabalho é parte integrante de um conjunto de atividades voluntárias e gratuitas — sejam domésticas, escolares ou comunitárias — desempenhadas em conjunto com os membros da família, da escola ou do bairro, ele pode revestir-se de um caráter educativo, contribuindo, inclusive, para a formação das noções de cidadania na criança. O trabalho considerado prejudicial é aquele que não possui caráter educativo, é precário e precoce e que, portanto, exclui duplamente a criança: hoje, de seu universo infantil e, futuramente, de uma inserção em boas condições no mercado de trabalho.

O engajamento precoce no mercado de trabalho compromete a ida da criança à escola, ao mesmo tempo em que não cumpre a função de aprendizagem profissional, uma vez que sua inserção se dá em tarefas nas quais predominam os trabalhos manuais não qualificados. O desgaste decorrente da conciliação dos estudos com o trabalho é uma das principais razões que levam ao abandono da escola. Para aqueles que permanecem freqüentando-a, a jornada prolongada de trabalho compromete o desempenho, reduzindo o rendimento dos alunos, aumentando a repetência e o atraso escolar das crianças que trabalham comparativamente àquelas que não o fazem.

Um ponto de partida importante é o reconhecimento do fato de que as crianças se encontram em uma fase de formação e possuem características e necessidades especiais que precisam ser levadas em consideração (IPEC, 1996).

As fases de seu desenvolvimento físico, cognitivo e emocional precisam ser respeitadas e, para isso, é necessário que elas usufruam, além de sono, alimentação e higiene, também de lazer, afeto e estímulos variados para desenvolverem suas capacidades, sendo que este último aspecto, em parte, é desempenhado pela escola. Soma-se a isso, o fato de as crianças, segundo estudos realizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), serem mais vulneráveis a problemas de saúde do que os adultos, sendo inadequado para elas o ambiente de trabalho dos *ateliers*, onde circulam elementos nocivos, como cola, ceras, tintas, solventes e pós provenientes do couro manuseado.

Segundo Oliveira (1996) as crianças estão mais expostas do que os adultos às lesões profissionais, seja pela falta de atenção, pela fadiga, pelo conhecimento insuficiente do processo de trabalho, seja porque os equipamentos, as maquinarias, as ferramentas e o próprio posto de trabalho são desenvolvidos para os adultos.

Como agravante dessa situação, tem-se que o desenvolvimento do organismo da criança não está completo, o que, por exemplo, facilita a absorção de elementos tóxicos e torna mais perigoso o transporte de peso excessivo e a má postura durante tempo prolongado, comprometendo seu desenvolvimento e potencializando os riscos gerados pelo ambiente de trabalho (MOURA,1996).

Do ponto de vista do desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, social e moral da criança, o lazer, compatível com a faixa etária, desempenha um papel importante na formação dessas dimensões (OLIVEIRA, 1996). Portanto, no momento em que o trabalho afasta a criança das brincadeiras, ele está comprometendo seu desenvolvimento cognitivo e emocional e dificultando a

aquisição de habilidades e competências próprias daquela fase. Essas aquisições podem até ser alcançadas no futuro, mas, certamente, com muito maior dificuldade e dispêndio de tempo (SAMPAIO e RUIZ, 1996).

O desgaste físico precoce, a imaturidade do sistema neurológico, a falta ou insuficiência de escolaridade e o aprendizado de tarefas repetitivas, manuais e não qualificadas resultam em um adulto sem condições de adquirir os conhecimentos necessários exigidos pelas constantes mudanças no sistema produtivo. A ausência desses predicados o empurrará para o desemprego ou para o exercício de atividades pouco qualificadas e, portanto, pouco remuneradas, recolocando-o em situação de pobreza. O trabalho precoce, ao invés de facilitar a inserção no mercado de trabalho, como pode parecer em um primeiro e rápido olhar, aprofunda as desigualdades, criando uma desvantagem comparativa para o trabalhador infantil dificilmente superada no futuro.

O segundo aspecto a salientar diz respeito à complexidade do fenômeno do trabalho infantil tanto no que se refere aos elementos que explicam sua existência quanto aos caminhos a trilhar visando à sua erradicação. A pesquisa realizada aponta a multideterminação do trabalho infantil, com ênfase para a motivação econômica e a ausência de uma estrutura de apoio com a qual as famílias possam contar para deixar seus filhos enquanto os pais trabalham e as crianças não estão na escola. A partir da pesquisa, também é possível inferir que o aspecto cultural de valorização do trabalho, tanto pelas crianças quanto pelas famílias, pode assumir um papel significativo, cujo peso não está mensurado na persistência do trabalho infantil. Finalmente, é importante considerar que essas crianças estão ocupando uma fatia do mercado de trabalho que as está

absorvendo, pois não se trata, na maior parte dos casos, de um trabalho realizado em casa ajudando outros familiares, mas de contratação (não formalizada) direta das crianças que atuam nos *ateliers*.

A eliminação do trabalho infantil requer a ação concertada de diversos segmentos da sociedade, bem como a adoção conjugada de diferentes estratégias para fazer frente à amplitude da questão.

Por fim, coloca-se como questão a possível relação entre a persistência da utilização do trabalho infantil e as novas formas de organização do trabalho e da produção, que visam elevar a flexibilidade desta última, especialmente através da terceirização. Embora a pesquisa realizada não explore a conexão entre os *ateliers* que utilizam a mão-de-obra infantil e o restante da cadeia produtiva, essa vinculação já fora estabelecida em outros estudos. É preciso refletir sobre até que ponto os novos arranjos produtivos, ao invés de eliminarem padrões de utilização de mão-de-obra predatórios, não estão criando condições propícias para a difusão de práticas como o trabalho infantil.

O emprego de crianças com idade inferior a 14 anos tornou-se freqüente, nos últimos anos, na região coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul. O recrutamento dessa mão-de-obra já não se restringe ao espaço doméstico, onde as crianças em idade escolar ajudam a família na confecção de peças de sapatos. Nos anos mais recentes, os *ateliers* microempresa, que executam as atividades de forração de saltos e de pré-fabricamento, têm recorrido sistematicamente ao trabalho de menores. Sem registro contratual, esse tipo de mão-de-obra despertou interesse entre os proprietários de *ateliers*, que a ele recorrem sob a justificativa da necessidade de fazer frente às demandas de flexibilização dos

processos produtivos das empresas maiores. A utilização do trabalho infantil, mesmo que não seja feita diretamente pelas médias e grandes empresas da região, revela-se ligada à cadeia produtiva do calçado. Em acréscimo, conforme a pesquisa realizada indica, o trabalho infantil na região tem caráter regular, pois a maior parte das crianças trabalha durante todo o ano, contrastando com a visão difundida de que o trabalho de crianças seria sazonal e representaria apenas uma “ajuda” eventual no orçamento familiar.

Bibliografia

- ABAEX (1991) **Brazilian Footwear**. ABAEX. Association of Brazilian Export Agents, Novo Hamburgo.
- ACI-NH (1991) **O Complexo Coureiro-Calçadista no Rio Grande do Sul**. Documento de Trabalho, mimeo.
- IPEC - OIT. Resumo bibliográfico: **First things in child labor**. Oficina sobre os impactos do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescentes, Brasília: Mtb, SSST, Fundacentro, Comunidade Solidária, 1996.
- MOURA, Mauro Azevedo de. **Trabalho precoce e a saúde de crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Mtb / Delegacia regional do Trabalho - Rio Grande do Sul, 1996.
- OLIVEIRA, Cleide de Fátima Galiza de. **O trabalho infanto-juvenil: considerações em torno de um tema**. II Encontro Nacional da Associação Latinoamericana de Sociologia do Trabalho, Águas de Lindóia, 02 a 06 de dezembro de 1996. Águas de Lindóia: Associação Latinoamericana de Sociologia do Trabalho, 1996.
- RUAS, R. (1993) **Notas acerca da relação entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição**. IN: ABREU, A.P. & SORJ, B. (1993) eds. *O Trabalho Invisível*. Rio de Janeiro, Ed. Rio Fundo.
- RUAS, R. (1995) **O Conceito de Cluster e as Relações Interfirmas no Complexo Calçadista do Rio Grande do Sul**. IN: FENSTERSEIFER, J.E. (1995) Org. *O Complexo Calçadista em Perspectiva: tecnologia e competitividade*. Porto Alegre, Ortiz.
- SCHIMITZ, H. (1995) **Small Shoemakers and Fordist Giants: tale of a supercluster**. *World Development*, Great Britain 23 (1):9-27.
- SCHNEIDER, S et al. **Relatório de Pesquisa Diagnóstico do Trabalho Infantil em Novo Hamburgo e Dois Irmãos**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. 121p. (mimeo)
- SCHNEIDER, S.(1994) *As Transformações Recentes da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo-parcial*. Porto Alegre, **Revista Ensaios FEE**, Ano 16, nº 1, pp.105/119.
- SCHNEIDER, S.(1994) **Os Colonos da Indústria Calçadista: Expansão Industrial e as Transformações da Agricultura no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP.
- ZIMMERMANN, T. (1994) **Os Trabalhadores e a Crise na Indústria de Calçados**. Porto Alegre, FASE, 23 pp. (mimeo)